

## CONDIÇÕES DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: UM SURVEY COM LICENCIANDOS EM MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

### Comunicação

#### GTE 13 - Ensino superior de música

*Hellen Marques de Moraes<sup>1</sup>*  
Universidade Federal de São Carlos  
*pesquisa.hellenmarques@gmail.com*

*Daniela Dotto Machado<sup>2</sup>*  
Universidade Federal de São Carlos  
*danieladotto@ufscar.br*

**Resumo:** Este artigo apresenta o projeto de pesquisa de Iniciação Científica que tem como objetivo investigar as condições socioeconômicas dos licenciandos em música da Universidade Federal de São Carlos necessárias a sua permanência na instituição a partir de suas opiniões. Para tanto, a investigação empregará o método de survey, e utilizará para a coleta de dados um questionário online, cujo link será enviado a todos os alunos do curso por correio eletrônico. Nos resultados da pesquisa, o anonimato dos estudantes será mantido e os dados serão representativos à população da amostra da pesquisa. Por isso, esta pesquisa tomará todos os cuidados éticos orientados pelo Comitê de Ética da instituição. Através dos resultados a serem alcançados, espera-se exibir informações que proporcionem a uma maior compreensão das realidades enfrentadas no processo de formação universitário dos alunos no referido curso e o mapeamento de suas necessidades.

**Palavras-chave:** Licenciatura em música; Permanência estudantil; Survey com estudantes.

### Introdução

O capitalismo é um sistema econômico criado na baixa idade média, período feudal, estruturado com algumas características que resultam em diferentes impactos na sociedade ao decorrer da História. A economia embrionária do capitalismo foi iniciada em um contexto de crescimento urbano e comercial, somente em meados do século XIX, período em que

---

<sup>1</sup> Licencian.da em Música da Universidade Federal de São Carlos. Trabalho de Conclusão de Curso

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de São Carlos. Orientadora.

aconteceu a revolução industrial na Inglaterra. No capitalismo, a organização social que se divide em classes contraditórias determinadas pela reprodução e produção da vida material dos homens, constituídas por refutação interna, as quais defendem interesses para auferir ou condicionar formas de exploração econômica, dominação política ou opressão social (Chauí, 2009, p. 249). Sobre isso (Chauí, 2009, p. 249) afirma:

[...] Cada cultura exprime a maneira como nela se definem a propriedade e a divisões sociais, isto é, as classes sociais contraditórias. Cada cultura exprime a maneira como nela se definem a propriedade e a divisão social do trabalho, se organizam as instituições sociais e políticas que visam à conservação da forma existente da propriedade e são produzidas as idéias com que as classes sociais explicam para si mesmas o sentido da formação social em que vivem. (Chauí, 2009, p. 249).

Essa organização implica na divisão do trabalho em intelectual, pela classe dominante, e material, pela classe dominada, proletariado (Marx; Engels, 1971, p. 22), havendo diferenças entre eles. Os proletários estão subordinados a uma realidade que está diretamente vinculada ao capital. O seu trabalho é objetivado para gerar lucros e acumular riqueza para o seu patrão. Nesse sentido, não é interessante existir somente trabalhadores intelectuais, pois dentro do capitalismo as oposições se complementam. A vida de cada pessoa dentro desse sistema é uma escolha da classe dominante, que cria as condições reais de trabalho. Conforme Marx e Engels (1979, p. 13): “Não é a consciência dos homens que lhes determina o ser; é, inversamente, o ser social que lhes determina a consciência [...]”.

Na lógica capitalista de divisão de classes, a Educação segue o mesmo padrão de desvalorização da classe subordinada e valorização da classe dominante. Exemplificando no contexto brasileiro da segunda metade do século XX, Frigotto (2010) comenta:

A educação no Brasil, particularmente nas décadas de 1960 e 1970, de prática social que se define pelo desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes, concepções de valores articulados às necessidades e interesses das diferentes classes e grupos sociais, foi reduzida, pelo economicismo, a mero fator de produção – “capital humano”. Asceticamente abstraída das relações de poder, passa a definir-se como uma técnica de preparar recursos humanos para o processo de produção. (Frigotto, 2010, p. 20).

Assim, uma Educação que possibilita uma melhor e mais aprofundada formação, considerando o trabalho intelectual, é pensada para a elite; enquanto as classes mais pobres

são direcionadas para uma educação onde a formação de trabalho lhe proporcionará uma condição menos favorável ao trabalho material. (Maciel; Lima; Gimenez, 2016, p. 763) afirmam que:

[...] na contemporaneidade, a educação em Direitos Humanos representa um campo de lutas e conquistas sociais, pois a principal característica do ensino no Brasil foi marcada pela permanência do elitismo e da seletividade, principalmente no que se refere ao campo da educação superior. (Maciel; Lima; Gimenez, 2016, p. 763).

Na tentativa de igualar o acesso às instituições de ensino superior para diferentes classes, o governo federal criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que possibilitou estratégias e ações afirmativas<sup>3</sup> que contribuíram para a diversidade dentro da universidade. Como aponta Ganam e Pinezi:

[...] Estratégias foram concretizadas na última década, principalmente no período de 2007 a 2012, a partir do aumento dos investimentos em políticas públicas ligadas à expansão de vagas nas instituições federais de ensino superior materializadas no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, conhecido como REUNI, instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial n°. 6.096. Esse programa teve como proposta central pôr em prática políticas de democratização do acesso e da inclusão social no ensino superior, garantindo, destarte, a diversificação do público universitário e possibilitando a maior presença de estudantes oriundos das camadas populares. (Ganam; Pinezi, 2021, p. 3).

Aos estudantes de classes baixas são necessárias ações políticas efetivas para subsidiar as necessidades de sobrevivência para o estudo. Muitos deles têm a necessidade de fazer jornadas duplas onde conciliam trabalho e estudo a fim de possuírem condições financeiras mínimas para viver de forma digna. Essa realidade enfrentada por uma parcela sabida de alunos gera condições físicas/psicológicas que podem comprometer o desempenho acadêmico e acarretar uma possível desistência ou trancamento do processo educacional no ensino superior.

---

<sup>3</sup> Ações afirmativas são políticas sociais de combate a discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, para promover a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, entre outros. Retirado de: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/o-que-e-acao-afirmativa#:~:text=A%C3%A7%C3%B5es%20afirmativas%20s%C3%A3o%20pol%C3%ADticas%20sociais,%2C%20bens%20materiais%2C%20entre%20outros>. Acesso em: 26/04/2023.

Um estudo realizado por Santos e Freire (2022, p. 271) aponta os motivos que geram as doenças mentais na ótica dos estudantes, as quais suscitam a procura pelo tratamento psicológico. Nessa pesquisa, a dificuldade financeira dos discentes aparece como uma das causas, conforme o excerto abaixo:

Quando questionados sobre “os possíveis fatores causantes”, dizem que a mudança de cidade, distância da família, problemas financeiros, agendas cansativas de estudos e frustrações acadêmicas (reprovações em disciplinas, por exemplo) estão dentre as causas do “adoecimento emocional”. Os estudantes expõem o medo de não adquirirem aprovações nos componentes curriculares e, por consequência, serem desligados dos auxílios estudantis, desistirem do curso, ou mesmo serem conduzidos ao “jubramento acadêmico”, haja vista que muitos se veem prestes a ultrapassarem o prazo máximo de tempo permitido institucionalmente para a conclusão de seus cursos. (Santos; Freire, 2022, p. 271).

Nesse trecho se observa a importância das políticas de assistência estudantis já implementadas, uma vez que o medo dos alunos é não ter um bom rendimento acadêmico que resultará no desligamento dos auxílios. O mesmo estudo discursa sobre a classe socioeconômica que ocupa grande parte dos alunos da universidade, onde “48,07% deles, a renda bruta familiar é inferior a R\$ 1.500,00. A renda familiar per capita é de até 1,5 salário-mínimo para 88,53% dos estudantes dessa universidade.” (Santos; Freire, 2022, p. 267). Assim, pode-se inferir que dentre os estudantes que sofrem de problemas psicológicos, há grande parte deles pertencentes à classe menos abastadas.

O censo 2021<sup>4</sup> realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostra que entre os anos de 2017 a 2020 o número de ingressantes nas universidades federais diminuiu enquanto o número de matrículas trancadas aumentam, sendo: Em 2017, obtivemos 380.536 ingressos e 133.300 matrículas trancadas; No ano de 2020, obtivemos 342.526 ingressos e 270.845 matrículas trancadas (Brasil, 2022, p. 26). Essa pesquisa foi realizada em um contexto de crise financeira no Brasil, por isso questionamos: A falta de recursos para a permanência estudantil e/ou um cenário de insegurança financeira seriam motivos para um índice tão alarmante?

---

<sup>4</sup> Link para o acesso:

<[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2021/apresentacao\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf)>

Dada a conjuntura, observamos um cenário onde a pessoa pobre, que dependerá diretamente dos auxílios financeiros oferecidos pela instituição, busca um ensino superior na tentativa de mudar e melhorar suas condições de trabalho e de vida futuras. Para receber esses auxílios o programa pede um bom desempenho acadêmico. Nota-se, entretanto, que os valores recebidos não são suficientes para custear a sobrevivência digna ao longo da graduação e, por consequência, os estudantes buscam conciliar o estudo com um trabalho, colocando possivelmente em risco o desempenho acadêmico e o recebimento dos auxílios disponibilizados pela universidade.

A bolsa moradia em espécie fornecida pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) tem valor de R\$400,00<sup>5</sup> mensal, mas a média do aluguel de um pequeno apartamento\moradia na cidade de São Carlos- SP é de R\$1.475,00<sup>6</sup>, impossibilitando o contemplado de usar somente o dinheiro oferecido para custear sua moradia. Para além do valor oferecido para subsidiar o aluguel, a universidade oferece refeições de almoço e jantar gratuitas e um auxílio alimentação emergencial no valor de R\$160,00<sup>7</sup> para os gastos com café da manhã. Esses valores, assim como a bolsa moradia em espécie, são insuficientes para as refeições que uma pessoa necessita. Apesar disso, ainda são essenciais para a estabilidade do estudante na graduação. Desumanizar as condições financeiras para pessoas vulneráveis economicamente é uma tendência do capitalismo, uma vez que os trabalhadores materiais e seus descendentes sempre estarão em uma posição inferior à classe dominante, encontrando, em muitos casos, dificuldades para moderar suas necessidades básicas de existência. Nesse sentido, subsidiar a formação na qual coloca o pobre em uma condição de trabalho melhor é um dos caminhos para perpetrar a equidade. (Souza; Joslin, 2018, p. 104), comentam:

[...] a questão é a equidade, entendida como busca de uma situação em que as oportunidades sejam equiparadas, à ideia deve sobrepor o pensamento de que a raça, o gênero e as origens familiares sejam elementos determinantes por essa desigualdade. Isso inclui o setor educacional. Investir em educação é fundamental quando se quer a efetivação de uma sociedade justa e igualitária, com oportunidade para todos. (Souza; Joslin, 2018, p.104).

---

<sup>5</sup> Fonte: <https://www.proace.ufscar.br/servicos/assistencia-estudantil>

<sup>6</sup>Fonte: <https://www.proace.ufscar.br/servicos/assistencia-estudantil>

<sup>7</sup>Fonte: <https://www.proace.ufscar.br/servicos/assistencia-estudantil>

Para além dos valores desatualizados há uma urgência em disponibilizar mais vagas para contemplar programas estudantis já existentes. Em resumo, há mais pessoas em condição social vulnerável do que vagas para auxílios à permanência estudantil, como aponta (Santos; Freire, 2022, p. 268) em uma pesquisa realizada na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB):

Considerando que a maioria do número de estudantes em cursos de graduação dessa instituição é oriunda de camadas populares, os dados nos permitem dizer que muitos estudantes, embora identificados como carentes de acolhimento institucional, ainda não participavam do programa de assistência estudantil. A grande demanda recai sobre o Serviço Social, por meio do qual estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica recebem auxílio financeiro para se manterem com frequência na universidade. Por se tratar de processos seletivos com quantitativos limitados de vagas, muitos estudantes, mesmo em situação de vulnerabilidade, estão sujeitos a não serem contemplados pela política. (Santos; Freire, 2022, p. 268).

O não contemplamento dos auxílios dificulta a permanência estudantil de alunos pertencentes às classes populares, podendo ocasionar na desistência da sua diplomação. Sobre o assunto, ao realizar uma revisão de literatura pude encontrar Campos (2018) que faz uma pesquisa com os estudantes de licenciaturas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro onde os mesmos apontam motivos para desistir do curso. Segundo o autor, os resultados mostram que “Mais de 40% dos respondentes manifestaram que abandonariam o curso/instituição devido à didática docente (51,09%); infraestrutura da instituição (48,14%) e pelas dificuldades financeiras (44,05%); [...]” (Campos, 2018, p.107). Além disso, os resultados confirmam que dentre 229 pessoas, 21,79% apontam dificuldade em conciliar estudo universitário com o trabalho.

Um outro estudo, realizado na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) por Ganam e Pinezi (2021) aponta que a falta de recursos financeiros afeta diretamente o desenvolvimento no curso de graduação. Os autores alegam que:

[...] É a condição financeira o primeiro e determinante entrave que se evidencia aos estudantes das camadas populares para o desenvolvimento de seu curso de graduação, tendo sido o mais citado e problematizado nas entrevistas e nos momentos de observações. A sobrevivência concreta cotidiana e a forma de viabilizá-la objetivamente perpassa toda a trajetória acadêmica desses estudantes e, por vezes, pode retirar do(a) estudante a

concentração necessária para dar resposta aos estudos. (Ganam; Pinezi, 2021, p. 3).

Esse fato reforça novamente a necessidade de pautar as dificuldades enfrentadas pelos discentes das classes mais populares. É urgente buscar uma solução que evite a queda do seu desempenho acadêmico, garantindo assim a diplomação. Para além disso, é urgente garantir o direito de acesso e permanência na universidade.

Com as experiências obtidas até este momento da minha graduação, sobrevivi sempre com o mínimo de recurso financeiro possível, muitas vezes, não tive a oportunidade de tomar um café da tarde, comprar tampões higiênicos durante o ciclo menstrual ou dormir com a barriga cheia. Esse cenário só mudou após ingressar no mercado de trabalho durante a graduação. Nesse período, trabalhei como garçomete, adestradora de cachorro, bartender, vendedora de sorvete, dentre outros. Essa opção por trabalhar ocasionou uma queda no meu desempenho acadêmico devido a dificuldade de conciliar os estudos com o trabalho.

Ao observar e refletir sobre a vida dos meus amigos e/ou colegas da UFSCar, que também vieram de um família socioeconômica menos favorecidas, percebi a semelhança nas histórias de vida. Muitos deles, ao ingressarem no mercado de trabalho, não conseguiram conciliar o estudo com o trabalho, e desistiram da sua formação por necessitar do dinheiro para a própria sobrevivência. Ao mesmo tempo que acompanhei pessoas próximas desistindo da graduação, por não ter condições financeiras básicas para poder se dedicar somente aos estudos, identifiquei também pessoas que não enfrentavam a mesma realidade, pois vieram de uma família socioeconomicamente mais favorecidas, o que possibilitou a dedicação exclusiva para os estudos.

Ao ponderar sobre os dados expostos e parte das minhas vivências e percepções sobre a vida de uma parcela dos universitários, é possível inferir que os alunos mais pobres tendem a se desdobrar na rotina de estudo e trabalho para conseguir se manter estudando nas universidades. Nesse sentido, emergem as perguntas: No curso de licenciatura em música da UFSCar, as condições socioeconômicas dos alunos influenciam nos seus estudos e nas suas permanências na instituição? Quais são essas condições e como elas influenciam a permanência ou não dos estudantes no curso mencionado, considerando o sistema

econômico capitalista em que estamos inseridos? A partir desses questionamentos, está se desenvolvendo esta pesquisa de iniciação científica, cujos objetivos são apresentados a seguir.

## 2. Objetivos do projeto de pesquisa

**2.1 Objetivo geral:** Investigar as condições socioeconômicas dos licenciandos em Música da UFSCar necessárias a sua permanência na instituição a partir de suas opiniões.

### 2.2 Objetivos específicos:

- Caracterizar os alunos participantes da investigação em termos de perfil e ano de ingresso institucional, idade, orientação sexual;
- Identificar a classe econômica social da família de origem dos alunos;
- Averiguar as condições financeiras para o estudo dos alunos;
- Mapear os gastos financeiros mensais médios para sua permanência na instituição, ponderando sobre as necessidades mínimas e máximas dos estudantes;
- Identificar e compreender quais os fatores que influenciam em uma possível desistência no curso de Música;
- Verificar de que maneira uma possível carência de recursos financeiros pode prejudicar o desempenho acadêmico do estudante;
- Caracterizar as possíveis atuações no mercado de trabalho dos alunos durante a graduação em Música.

## 3. Metodologia da pesquisa

### 3.1 Método de pesquisa

Considerando os objetivos desta pesquisa, optou-se por empregar o método de survey. De acordo com (Babbie, 1999, p. 113), o método de survey implicitamente é o mesmo que “survey por amostragem”, ou seja, é um método de pesquisa caracterizado por estudar informações oriundas de uma parcela de uma população a ser delimitada, não necessariamente de todos os seus integrantes, podendo vantajosamente os resultados alcançados serem representativos à população que representam. Nas pesquisas na área



educacional “este aspecto será imprescindível enquanto auxílio ao estudo de uma amostra do universo selecionado, porquanto, muitas vezes, não teríamos a possibilidade de alcançar a população toda” (Ramos, 2011, p. 38). Ao ponderar que a coleta de dados ocorrerá uma única vez com cada membro da população e em um determinado período de tempo, este método de survey se caracteriza por ser interseccional, como denomina (Babbie, 1999, p. 113).

É importante esclarecer que o método de survey empregado terá uma amostragem probabilística (Babbie, 1999, p.120), uma vez que a todos os integrantes da população será dada a mesma oportunidade de participar da investigação e compor a amostra da pesquisa. Para (Gil, 1999, p. 42), as pesquisas podem ser descritivas, exploratórias ou explicativas. Nesta pesquisa, buscar-se-á, através da coleta de dados quantitativos e qualitativos, atingir os objetivos anteriormente descritos e que abrangem as três características apontadas pelo autor.

### **3.2 Critérios de escolha dos participantes da pesquisa de survey com amostragem probabilística**

Poderão participar da amostra da pesquisa quaisquer alunos matriculados regularmente no curso de Licenciatura em Música da UFSCar, que aceitem participar da mesma, a partir da compreensão e da concordância das condições expostas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Pesquisa (TCLEP), que será apresentado no próprio instrumento de coleta de dados.

### **3.3 Instrumentos de coleta de dados: questionário online**

Após a aprovação da pesquisa e de todos os seus documentos pelos Conselho do Curso de Música e do Conselho de Ética da UFSCar, a investigadora solicitará à Secretaria do referido curso o acesso aos nomes e endereços eletrônicos (Moysés; Moori, 2007, p. 4) dos discentes regularmente matriculados. Os dados desta pesquisa serão coletados por meio de um questionário *online*, cujo link será disponibilizado aos participantes em seus endereços eletrônicos (Moysés; Moori, 2007, p. 4), a ser elaborado e disponibilizado via ferramenta formulário do Google Drive, vinculado ao email da aluna-pesquisadora.

O questionário é assumido nesta pesquisa como sendo “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às

peçoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (Gil, 1999, p. 128). A escolha pelo emprego de um questionário a ser aplicado de modo *online* se deve às suas vantagens para esta investigação, destacando-se principalmente: não gerar custos a sua elaboração e aplicação; garantir o anonimato dos participantes; aceitar respostas em situações e momentos diversos, de acordo com as possibilidades da população.

Esta pesquisa fará uso de questões dos tipos abertas, fechadas, mistas e dependentes (Chaer; Diniz; Ribeiro, 2011, p. 262), haja vista os diferentes tipos de informações necessárias ao alcance dos objetivos investigativos. No questionário *online*, questões dependentes das respostas dadas a outras anteriormente feitas serão estruturadas para maiores esclarecimentos por parte dos participantes (Chaer; Diniz; Ribeiro, 2011, p. 258).

Ao acessarem o questionário online, os participantes obterão prontamente as principais informações referentes à pesquisa, além do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido da Pesquisa (TCLEP) que deverá ser lido e concordado/aceito (ou não) pelos participantes voluntários. Somente após a aprovação do projeto de pesquisa e seus documentos pelo Comitê de Ética da UFSCar, na Plataforma Brasil, a coleta de dados ocorrerá. Porém, estima-se o período de 30 dias ininterruptos à população delimitada pelo estudo possa responder ao questionário *online*.

### **3.4 Do tratamento dos dados e da análise dos resultados da pesquisa**

Após a coleta dos dados por meio do questionário online, com o uso da ferramenta formulário do Google Drive, as informações serão baixadas em forma de tabela. Desse modo, gráficos poderão ser criados para ilustrar as principais respostas quantitativas fornecidas pelos participantes às questões fechadas e/ou mistas. Os dados oriundos de questões abertas e/ou mistas serão classificados de acordo com os seus conteúdos. Uma estrutura textual será elaborada para a descrição dos resultados, interpretação e análise qualitativa e/ou quantitativa dos resultados pela pesquisadora à luz da literatura.

## **4. Resultados da pesquisa**

Os dados da pesquisa ainda serão coletados junto aos licenciandos que aceitarem participar da pesquisa durante o ano de 2024, após a aprovação do comitê de ética da instituição.

## 5. Considerações Finais

Espera-se que os resultados apontem as reais condições para a permanência estudantil do curso de licenciatura em música da UFSCar, contribuindo com as discussões sobre o assunto e as tomadas de decisões institucionais relacionadas ao apoio financeiro dos estudantes. O impedimento da diplomação por falta de recursos para manter uma segurança financeira é frequente em outras universidades mencionadas acima. Diante do exposto indago: Qual é a condição dos estudantes da UFSCar? O capitalismo é um sistema que gera desigualdades sociais e com esse levantamento de dados através da pesquisa prevê-se revelar os impedimentos da diplomação dos alunos que se encontram em uma condição financeira menos favoráveis. Essa investigação tem como escopo ajudar na criação de políticas públicas ainda mais efetivas que alimentam discussões em âmbitos maiores, não só para os alunos da licenciatura em música, mas para todos da universidade, anelando a equidade que resultará em mais diplomas, pesquisas e investimentos na carreira acadêmica para todos.

## Referências

BABBIE, E. *Métodos de Pesquisas de Survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 519.

CAMPOS, L. C. *Políticas de permanência estudantil em cursos de licenciaturas no período de 2007 a 2017: a experiência da universidade federal do triângulo mineiro*. 2018. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia Faculdade de Educação, Uberlândia - MG, 2018.

CHAER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A técnica do questionário na pesquisa educacional. *Evidência*, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia\\_artigos/pesquisa\\_social.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf)> . Acesso em: 15 de outubro de 2024.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. 13. ed. São Paulo - Sp: Ática, 2009.

FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: APPLE, M. W. - [et al]. GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia da exclusão*. 17 ed – Petropolis. RJ. Vozes, 2010, p. 20-98.

GANAM, E. A. S.; PINEZI, A. K.M. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 37, p. 1-18, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/37441>>. Acesso em: 15 de outubro de 2024.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/646926100/Antonio-Carlos-Gil-Metodos-e-Tecnicas-de-Pesquisa-Social-Atlas-2019>>. Acesso em: 15 de outubro de 2024.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo Brasileiro de 2021*. Brasília: Diretoria de Estatísticas Educacionais Brasília, 04 de novembro de 2022. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2021/apresentacao\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf). Acesso em: 06/04/2023.

MACIEL, C. E.; LIMA, E. G. S.; GIMENEZ, F. V. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* - Periódico Científico Editado pela Anpae, [S.L.], v. 32, n. 3, p. 759, 21 dez. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/68574>>. Acesso em: 15 de outubro de 2024.

MARX, K.; ENGELS, F. *Sobre Literatura e Arte*. Lisboa: Estampa, 1971.

MOYSÉS, G. L. R.; MOORI, R. G. *Coleta de dados para a pesquisa acadêmica: um estudo sobre a elaboração, a validação e a aplicação eletrônica de questionário*. In: XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, p. 1–10, 2007. Disponível em: [https://abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007\\_TR660483\\_9457.pdf](https://abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007_TR660483_9457.pdf). Acesso em: 10 de julho de 2023.

RAMOS, P. C. *Pesquisa em Educação: O Método Survey*. 2011. 47 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia - Universidade Estadual de Londrina, Londrina 2011. Disponível em: <https://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/2011%20PATRICIA%20CAVALCANTI%20RAMOS.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2024.

SANTOS, S. M.; FREIRE, R. S. Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, Sp, v. 27, n. 2, p. 260-280, ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/LFMj3QJpFMfLYtKC436mpsH>. Acesso em: 15 de outubro de 2024.

SILVA, J. A. B.; VIEIRA, J. D.; GRAÇA, R. F.; RODRIGUES, A. J. Uma breve história sobre o surgimento e desenvolvimento do capitalismo. *Caderno De Graduação - Ciências Humanas E Sociais - UNIT - SERGIPE*, 2(3), 2015, 125–137. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/1950/1210>. Acesso em: 15 de outubro de 2024.

SOUZA, G. J.; JOSLIN, E. B. As implicações do capitalismo na educação. *Revista Ciência Contemporânea*, Guaratinguetá, v. 4, n. 1, p. 95-112, dez. 2018. Disponível em: <https://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20190426090820.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2024.